

# FIXAÇÃO DO VALOR E CAPITAL FIXO<sup>1</sup>

*Value Fixing and Fixed Capital*

*Antonio Carlos Robert Moraes<sup>2</sup>*

## Resumo

O autor analisa os processos da criação das formas espaciais humanas e sua apropriação no contexto da lógica do valor fixado e da produção do espaço social stricto sensu. O consumo produtivo e improdutivo, público e privado, individual e coletivo qualifica o espaço criado como uma forma-conteúdo. Isolando a análise do capital fixo fixado o geógrafo estuda o movimento da formação territorial.

Fazendo referência ao exemplo empírico de São Paulo (circuito inferior, shopping-centers, tecnopólos) MORAES afirma ainda a contribuição importante do geógrafo no encaminhamento da discussão conceitual.

**PALAVRAS CHAVES:** Geografia Econômica, Produção do Espaço, Território e Lugar, Capital e Valor

## ABSTRACT

The author analyses the creation processes of human spatial forms and their appropriation in the context of the fixed value and of the social space production, in a

---

1 Texto apresentado no 2o Seminário Latinoamericano de Geografia Crítica Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires

2 Professor Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH - USP.

Antonio Carlos R. Moraes

strict sense. The productive and unproductive, public and private, individual and collective forms of consumption qualify the space created as a content-form. Isolating the analysis of stable, fixed capital, the geographer studies the territorial formation movement.

Referring to the empirical example of São Paulo (inferior circuits, shopping-centers and technological poles), MORAES affirms the important contribution of geographers in development the conceptual discussions.

**KEY-WORDS:** Economic Geography, Space Production, Territory and Place, Capital and Value.

A valorização do espaço desdobra-se em cinco processos básicos: apropriação dos meios naturais, criação de uma segunda natureza, apropriação da natureza já socializada, criação de formas espaciais humanas, apropriação das formas criadas. Interessa-nos aqui os dois últimos processos, os que recobrem o campo das relações sociedade/espaço que não se configuram como relação sociedade/natureza. Enfim, a esfera da produção do espaço social estrito senso<sup>3</sup>

Se tomamos que o movimento da valorização do espaço é captável em sua essência através do jogo dialético entre o valor contido e o valor criado nos lugares<sup>4</sup>, dois outros processos vão recobrir os cinco enunciados: o da fixação geográfica do valor e o da transferência geográfica do valor. Interessa-nos aqui o primeiro deles, pois preocupa-nos enten-

---

3 Temos o entendimento de que o homem produz espaço ao construir formas artificiais do planeta, formas que jamais apareceriam por ação de forças naturais. Neste sentido diferenciamos bem a apropriação dos meios naturais (mesmo aqueles que já apresentam a marca de trabalhos pretéritos) e a conseqüente alteração destes, da produção de formas humanas que somente numa visão humboldtiana poderiam ser qualificadas como natureza. Cabe lembrar a distinção, efetuada por Albert Demangeon, entre meio natural e meio geográfico; o segundo, construído sobre o primeiro, expressando a instalação humana na Terra (ver: DEMANGEON, 1956).

4 Ver MORAES e MORAES, 1984, c.8

der como parte da riqueza produzida numa localidade se agrega ao solo da área de produção. A questão da internalização do excedente emerge como horizonte de indagação. Enfim é a lógica do valor fixado que buscamos apreender.

Sabemos que o espaço produzido representa uma acumulação de trabalho morto que se cristaliza em formas espaciais que se agregam ao solo dos lugares onde foram construídas. São rugosidades, tempo materializado na paisagem<sup>5</sup>. Quanto maior a quantidade de trabalho morto contido numa forma, maior a perspectiva de sua duração, isto é, a durabilidade emerge como função da magnitude do valor depositado.

Sabemos também que as formas são expressões das relações de produção vigentes na época em que foram erigidas, porém que sobrevivem aos processos que lhes deram origem, sendo continuamente revividas por uma funcionalidade do presente. Isto acarreta uma sincronia na história dos lugares, onde o valor agregado vai se tornando uma qualidade do espaço tão palpável quanto a estrutura geológica ou o tipo de solo existentes. Por isso à base natural da diferenciação das áreas vem adicionar-se as massas de valor historicamente (e diferencialmente) depositadas na superfície terrestre.

Assim, cada vez mais é a concentração destas formas espaciais criadas - os fixos<sup>6</sup> - que atua como qualificativo do espaço. O enfoque corológico cada vez mais se tornando econômico. Afinal é uma dada acumulação de fixos que vai estar na base da distinção entre o habitat rural e o urbano, e também na classificação dos meios urbanos (da aldeia à megalópole)<sup>7</sup>. Dai a necessidade de bem caracteriza-los.

---

5 Estas formulações estão sistematizadas nas obras de Milton Santos (ver principalmente SANTOS, 1978 b, pp. 131 e 152)

6 Ver SANTOS, 1988, c.6 "Configuração Territorial do Espaço"

7 Ver, por exemplo SORRE (1952) - t.III "L'Habitat"

Antonio Carlos R. Moraes

Uma tipologia dos fixos poderia ser elaborada a partir de vários parâmetros. Pela forma, numa abordagem mais arquitetônica (falamos de edifícios "neoclássicos", de construções "barrocas", de prédios "racionalistas", do estilo "mediterrâneo", etc.). Pelos materiais utilizados, numa abordagem mais tecnológica (a taipa, o concreto, as estruturas metálicas etc.). Pela idade dos objetos, etc.. Para a análise geográfica interessa sobretudo um enfoque a partir das funções, pois sabemos que é o uso social que atribui um conteúdo às formas espaciais. Em outras palavras, é o consumo do espaço criado que o qualifica como uma **forma-conteúdo**.

Neste sentido, podemos inicialmente dividir os fixos em termos de seu consumo produtivo ou improdutivo. Tendo claro que os improdutivos são essenciais no mecanismo da reprodução global, entendida como produção das condições de produção, vamos nos ater mais à esfera dos fixos produtivos. Estes podendo estar alocados nos diferentes momentos do processo produtivo: na produção (estrito senso), na circulação, na troca e no consumo<sup>8</sup>. Todavia sua simples setorização - principalmente quando absolutizada - nos levaria inevitavelmente ao formalismo de uma tipologia por atividades econômicas - cujos limites e problemas já foram bastante apontados na renovação crítica do pensamento geográfico<sup>9</sup>. Assim cabe complexizar os parâmetros utilizados, para evitar os vieses do raciocínio taxonômico.

Seria importante adicionar à ótica da destinação de uma forma espacial um critério derivado das formas de sua apropriação e propriedade. O que nos alerta para a diferenciação entre o consumo público e o privado e entre o consumo individual e o coletivo, possibilitando uma caracterização mais matricial onde poderíamos falar, por exemplo, em

---

8 Sobre a circularidade da produção ver MORAES (1989)

9 Na verdade boa parte dos manuais tradicionais de Geografia Econômica apresentam estas exaustivas classificações por setores e subsetores da economia. Para uma crítica desta orientação ver MORAES E COSTA (1979), pp. 59 a 62.

fixos privados de consumo público ou em fixos públicos de consumo privado. Não nos esqueçamos que as formas enfocadas são antes de tudo valores de uso, o que inclusive as habilita a serem mercadorias.

Porém é só na combinação de fixos em redes mais amplas que cada localização pode ser entendida pois as funções se definem num universo relacional por excelência. A criação das novas formas e a vivificação das antigas obedece a uma dada divisão territorial do trabalho, que objetiva no espaço suas características técnicas e organizacionais<sup>10</sup>. Trata-se então de encarar os fixos também como objetos técnicos (expressão não apenas de uma determinada organização social mas igualmente como materializações das forças produtivas existentes) e tomar sua disposição como uma distribuição de instrumentos de trabalho na superfície terrestre. O conjunto de fixos aparecendo como a **estrutura produtiva** da área estudada.

Isto nos remete a buscar o movimento pelo qual um fixo se torna capital fixo. Sabemos que o capital não é uma coisa, mas uma relação social mediada por coisas, e nesse sentido se repõe a idéia de que é um específico uso do fixo que o qualifica como capital fixo; do mesmo modo que é um determinado consumo do dinheiro que o transforma em capital - diferenciando-o do dinheiro mercadoria. A distinção efetuada por Marx entre **matéria-terra** e **capital-terra** é bastante elucidativa a este respeito: a primeira é condição da produção (no sentido de que esta deve ser instalada em algum lugar), a segunda é **meio** de produção (o que implica num uso capitalista da terra). A primeira gerando renda, a segunda lucro.

Piero Sraffa define o capital fixo como aquela fração do capital constante que não é destruída no transcorrer do processo produtivo<sup>11</sup>. Em outros termos, o conjunto de meios que restam intactos após serem

---

10 Ver "Da Indivisibilidade do Espaço Total e de sua Análise através das Instâncias Produtivas" in SANTOS (1985).

11 Piero SRAFFA (1977), principalmente o capítulo 5 "Capital Fixo"

Antonio Carlos R. Moraes

consumidos na produção. Cabe lembrar que face ao início de um novo ciclo, tais meios não precisam ser integralmente repostos, mas se apresentam mais velhos. Envelhecidos pelo uso mas também pelo avanço ininterrupto da fronteira tecnológica (SANTOS: 1985). A idade, não apenas cronológica, dos objetos torna-se então um vetor central em nossa linha de indagação. Mas para a análise geográfica é interessante decompor ainda mais a composição orgânica do capital, para isolarmos aquela parcela do capital fixo que de fato está imobilizada, isto é, a fração do capital congelada nas instalações e equipamentos. O capital fixo fixado na precisa definição de Milton Santos.

Assim, temos que nem todo fixo é capital fixo e que, por conseguinte, nem toda fixação de valor é provimento de capital no espaço<sup>12</sup>. A história geográfica do capital é altamente seletiva (SANTOS, 1976 e 1978a). Apesar das relações capitalistas tentarem atingir todos os lugares terrestres, os atinge de forma variada, gerando uma homogeneização diferencial onde os lugares são inseridos em rígidas hierarquias. Vários autores já discutiram esta espacialidade diferencial necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Aqui, vale realçarmos que a avaliação histórica deste modo de produção nos mostra o aumento progressivo da "fração geográfica" na composição orgânica do capital. A tendência geral é o processo produtivo envolver cada vez menos trabalho vivo e cada vez mais capital fixo (e fixo fixado), num padrão intensivo de aplicação que busca exponencializar a mais-valia relativa. Isto implica num crescimento da magnitude do valor fixado nas formas produtivas que acompanha o movimento de centralização e concentração do capital. A dimensão da forma monopólica - em termos da fixação de valor - pode ser ilustrada pela magnitude das plantas industriais contemporâneas.

---

12 O que nos leva a avaliar a relação capital-espaco como algo distinto da relação capitalismo-superfície terrestre. Enquanto a segunda busca abarcar todos os lugares, a primeira cada vez mais tem por essência a seletividade espacial.

Tal característica cruzada com a seletividade espacial do capital manifesta uma lógica geral de maior aplicação em menos lugares, reduzindo a rede dos fixos "de ponta" (os de maior dinamismo econômico, posto trabalharem com objetos de alta agregação de trabalho morto) e tornando a divisão territorial do trabalho mais hierarquizada. Este movimento se opera através do envelhecimento relativo dos fixos que ocorre também numa velocidade crescente (e num ritmo comandado em grande parte pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais<sup>13</sup>).

Isto acarreta uma quebra na sincronia do movimento de formação territorial, pois a estrutura produtiva herdada não mantém condições de retomar o ciclo da produção no tempo técnico do presente. Muitos fixos não se habilitam nesse reinício de processo como capital fixo. Há progressivamente e esponencialmente um desalojamento das estruturas produtivas tradicionais que são empurradas para o **circuito inferior** (SANTOS, 1978 c), numa lógica que subverte a positividade apontada por Marx no fato das velhas localizações condicionarem as novas.

Tal lógica transparece no sucateamento industrial, mas também no setor comercial com os **shopping-centers** (grandes fixos) geralmente desalojando o comércio de rua ou os hiper-mercados marginalizando as feiras tradicionais. No que tange às indústrias, os teóricos do planejamento tentaram apreender este movimento falando em "deseconomia de aglomeração", gerando um discurso legitimador do fato geográfico contemporâneo de que construir novos fixos envolve menores custos do que revificar as velhas formas. O que, entre outras coisas mostra

---

13 Não seria o caso aqui de entrarmos na discussão destes sujeitos da economia contemporânea, o que nos levaria à análise dos fluxos e da transferência geográfica do valor. Cabe apenas apontar a existência de uma **geopolítica econômica de aplicação dos grandes capitais**, internacionalizada e institucionalizada por agências como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial que decidem quanto à distribuição dos diferentes fixos (não apenas os produtivos) na superfície do planeta.

Antonio Carlos R. Moraes

que o padrão dilapidador do capital não se exercita apenas sobre os meios naturais, mas também sobre o próprio espaço construído.

Empirizando bastante nossa argumentação poderíamos exemplificar com o estado de São Paulo, maior concentração de fixos produtivos do território brasileiro<sup>14</sup>. Aqui a migração industrial da capital para o interior é nítida nos setores de ponta (micro-eletrônica, biotecnologia, química fina, etc.) que dinamizam as economias locais nas áreas das novas instalações<sup>15</sup>. As velhas localizações vão sendo abandonadas com seus fixos recebendo novos usos (boa parte das instalações ligadas ao primeiro ciclo industrial - o da várzea dos rios paulistanos - já se transformaram em danceterias, depósitos, centros de lazer ou foram mesmo demolidas ou se degradaram), num movimento que todavia não descaracteriza o caráter cêntrico do sistema, posto que a decisão financeira ainda se concentra na capital do estado<sup>16</sup>. Trata-se mais de um alargamento do centro do que de uma descentralização<sup>17</sup>. Uma nova escala do espaço industrial paulista (que originariamente foi em grande parte paulistano), cuja dinâmica interna aponta um desalojamento das antigas localizações.

---

14 Para se ter uma idéia do nível de concentração espacial do parque industrial brasileiro basta apontar que, em 1980, 9,7% do território nacional respondia por 88,2% do valor da produção na indústria de transformação, abarcando 25 mesoregiões (EGLER, 1988:130). Este autor mostra que a metrópole paulistana acusou uma taxa de incremento industrial no período enfocado menor que a média nacional, enquanto o interior do estado de São Paulo apresentou taxas das mais elevadas do país (p.137). O autor comenta: "É possível notar que começa a se delinear, no caso da indústria brasileira, diferenciais marcantes de produtividade no espaço, que indicam um início da obsolescência de alguns complexos fabris de grande poder" (p.141).

15 Este momento se faz acompanhar da ação do Estado na dotação de infra-estrutura (os sistemas de engenharia de que nos fala Milton Santos) através do projeto CURA (de saneamento) e dos programas de fomento às cidades médias, entre outras políticas territoriais estimuladoras do processo (uma informação geral sobre essas pode ser obtida em COSTA, 1988).

16 Para se ter uma idéia basta apontar que dos 90 bancos brasileiros 29 possuem sua sede na cidade de São Paulo, e dos 25 maiores 15 tem aí sua matriz (CORREA 1989).

17 Como bem o demonstrou COSTA, 1982.

Toda a discussão internacional sobre os **tecnopólos** ou a industrialização recente indica claramente que a situação apontada não se restringe a um dinamismo de periferia ou apenas brasileiro. Um passeio pela literatura sobre o tema revela-nos traços comuns, se bem que atuando sobre estruturas produtivas pre-existentes diversas e emersos em padrões de acumulação também diferenciados<sup>18</sup>. Entretanto, a subordinação estrutural a um ritmo e uma velocidade de inovação que lhes é externa unifica as economias das **áreas de ajuste tecnológico**, carentes de capital e de capacidade de autorenovação. Isto no mundo internacionalizado do sistema oligopolista, onde as opções nacionais não podem se por mais entre participar ou não participar do sistema, mas em termos do papel jogado no seu interior. Em outros termos, a posição ocupada numa divisão internacional do trabalho, que cada vez mais exponencializa a hierarquia entre os lugares e a **cooperação imperfeita**<sup>19</sup>.

Enfim, defrontamo-nos com um feixe de questões fundamentais para nosso futuro. E a Geografia pode contribuir no encaminhamento de sua discussão<sup>20</sup>, desde que munida de um instrumental refinado e seguro que lhe permita clarear a complexidade do movimento de nossas formações sociais (que como nos ensina Milton Santos são também espaciais<sup>21</sup>). E para isso é fundamental o esmiuçamento e a padronização conceitual. E foi neste sentido que a presente comunicação buscou contribuir.

---

18 Para uma análise do caso português pode-se tomar o interessante estudo de FERRÃO, 1985. Para o caso argentino pode-se encontrar interessantes indicações nos trabalhos de CICOLELLA, notadamente "Los Sistemas de Promocion Industrial. Su Influencia en los Cambios Recientes en la Configuracion del Espacio Argentino (1958-1985)", separata.

19 Os conceitos de "área de ajuste tecnológico", "sistema oligopolista" e "cooperação imperfeita" são tomados de HEIMER, 1978.

20 Um apelo apaixonado para este engajamento aparece em WETTSTEIN, 1989. Ver também, SANTOS, 1979 a.

21 Ver "Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método" in SANTOS, 1979 b.

Antonio Carlos R. Moraes

## Bibliografia

- CICCOLELLA, Pablo, (s.a.), Los Sistemas de Promoción Industrial. Su Influencia en los Cambios Recientes en la Configuración del Espacio Argentino (1958 - 1985), Buenos Aires
- CORREA, R.L. (1989), Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território, in: Revista Brasileira de Geografia, N. 51, Rio de Janeiro, IBGE
- COSTA, W.M.da (1982), O Processo Contemporâneo de Industrialização, Diss. de Mestrado, Dep.de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo
- COSTA, W.M.da (1988), O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil, São Paulo, Contexto
- DEMANGEON, A. (1956) Problemas de Geografia Humana, Barcelona, Ed. Omega, 1956
- EGLER, C.G. (1988) , Dinâmica Territorial Recente da Indústria no Brasil:1970/80, in: BECKER, B. et alii, Tecnologia e Gestão do Território, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ
- FERRÃO, João, (1985), Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica. Tese de Doutorado, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa
- HYMER, Stephen, (1978) Empresas Multinacionais. A Internacionalização do Capital, Rio de Janeiro, Graal,
- MORAES, A.C.R., (1989), Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio, in: YANES, L.A. & LIBERALI, A. (org), Aportes para el estudio del espacio socio-económico, vol. II, Buenos Aires, El Colóquio
- & COSTA, W.M.da (1979) Valor, Espaço e a Questão do Método, in: Revista Temas., 5, São Paulo, p. 59 - 62
- & COSTA, W.M.da (1984) A Valorização do Espaço, São Paulo, Hucitec,
- SANTOS, M. (1976), Relações Espaço-temporais no Mundo Subdesenvolvido, in: Seleção de Textos, N. 1, São Paulo, AGB
- (1978a), Espaço e Dominação, in: Seleção de Textos, N. 4, São Paulo, AGB

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA - Nº 72

- \_\_\_\_ (1978b) Por uma Geografia Nova, São Paulo, Hucitec/Edusp
- \_\_\_\_ (1978c) O Espaço Dividido, Rio de Janeiro, Francisco Alves
- \_\_\_\_ (1979a) O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo, São Paulo, Hucitec
- \_\_\_\_ (1979b), Espaço e Sociedade, Petrópolis, Vozes
- \_\_\_\_ (1985), Espaço e Método, São Paulo, Nobel,
- \_\_\_\_ (1988) Metamorfoses do Espaço Habitado, São Paulo, Hucitec
- SORRE, M. (1952) Les Fondements de la Géographie Humaine, Paris, Armand Colin
- SRAFFA, P. (1977), A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias, Rio de Janeiro, Zahar
- WETTSTEIN, German, (1989), Subdesarrollo y Geografía. Un Manual para Latinoamericanos, Montevideo, Índice

